

# Suspensa a renegociação

por Paulo Sotero  
de Washington

Depois de duas semanas de conversações em Nova York e Washington, o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, e os membros do comitê representante dos bancos credores anunciaram, na manhã de ontem, a suspensão temporária das negociações para o reescalonamento plurianual da dívida externa brasileira. Segundo o comunicado divulgado por William Rhodes, vice-presidente sênior do Citibank e presidente do comitê de bancos, a necessidade de estudar detalhes técnicos e fazer "consultas" foi o que motivou a suspensão das negociações.

O presidente do Banco

Central viajou ontem à noite para Brasília. "Agora nós temos de parar e pensar um pouco", disse ele a este jornal, pouco antes de embarcar. O reinício das conversas ficou marcado para "o começo da semana de 28 de janeiro, o mais tardar", segundo a nota de Rhodes.

Perguntado, durante uma entrevista coletiva que concedeu ontem à tarde, em Nova York, se a eleição do presidente Tancredo Neves havia interferido no rumo das negociações, Pastore afirmou que ela "não interferiu em nada. Não há razão para que tivesse interferido".

Se o que de fato impediu a conclusão do acordo de renegociação da dívida em bases plurianuais foi um "detalhe técnico", e não uma decisão política do governo brasileiro, este detalhe pode ser quantificado em 0,125% — ou cerca de US\$ 300 milhões em sete anos — no preço que os bancos querem cobrar e o Brasil se dispõe a pagar pelo refinanciamento da dívida. Esta era a única diferença importante que separava os dois campos, na noite da última quarta-feira, quando Pastore e os banqueiros se reuniram para uma derradeira tentativa de fazer o acerto. "Quanto ao restante, nós praticamente já chegamos a um acordo", confirmou ontem o presidente do BC.

Pastore, que abandonara a reunião com os banqueiros na noite da segunda-feira, afirmando que o Brasil não pagaria mais do que 0,875% de "spread" — ou 1,125%, na média, segundo o esquema de redução gradual negociado —, o mesmo preço cobrado pelos bancos na renegociação mexicana do ano passado,

voltou na quarta-feira à sede do Citibank disposto a pagar 1%. Os banqueiros, que haviam oferecido 1,25%, também cederam um pouco, retornando à sua proposta inicial de 1,125%. Na média, a proposta dos banqueiros daria um "spread" de cerca de 1,4% (de acordo com uma fonte bancária de Nova York, o Brasil paga, atualmente, uma taxa média de 1,77% de "spread" sobre a Libor, a taxa interbancária do mercado londrino).

A discussão que se seguiu, segundo fontes americanas e brasileiras, centrou-se mais sobre a dívida mexicana do que propriamente sobre a dívida brasileira. A razão disso, afirmam estas fontes, é que os negociadores do Brasil e dos bancos usam números diferentes para quantificar o "spread" médio pago pelos mexicanos. "E há de fato espaço para diferentes interpretações", diz uma fonte de um grande banco americano, "por-

que o "spread" cobrado sobre a dívida do setor privado do México ainda não está negociado. Pastore, segundo a mesma fonte, sustenta que o "spread" médio da dívida mexicana, considerados setor público e privado, fica mais perto de 1,125% e insiste em que o Brasil tenha o mesmo tratamento. Os bancos dizem que 1,125% é a taxa aplicada apenas sobre os empréstimos soberanos, feitos pelas estatais mexicanas e

(Continua na página 15)

*Os ministros do Planejamento, Delfim Netto, e da Fazenda, Ernane Galvêas, decidiram ontem suspender as negociações com os bancos credores, em Nova York. A decisão foi tomada depois de estudarem os pontos de divergência nos entendimentos mantidos pelo presidente do Banco Central e os representantes do comitê de assessoramento dos banqueiros.*

(Ver página 15)

# Suspensa a...

de Paulo Sotero  
de Washington

(Continuação da 1ª página)

garantidos pelo governo do país. Pelas contas do comitê de bancos, os mexicanos acabarão pagando, na realidade, um 'spread' médio de 1,250%, quando a taxa para os empréstimos do setor privado for definida."

Uma alta fonte do Banco Central admitiu ontem a este jornal que, de fato, existe esta discrepância de cálculos. A posição brasileira, desde o início, é que, na medida em que toda a dívida brasileira é consolidada pelo Banco Central e garantida pelo governo, o que não acontece com a dívida mexicana, o País deveria pagar um "spread" pelo menos igual ao cobrado do México. "Nós vamos continuar dizendo até o fim que não pagamos mais do que o México", diz a fonte brasileira. "Podemos eventualmente aceitar pagar um pouco mais, mas isso depende de outras condições."

## REDUÇÃO DO "SPREAD"

De acordo com a mesma fonte, apesar de a diferença que separa as duas partes ser pequena, ela tem implicações importantes. Algumas delas seriam técnicas. "Um diferencial no 'spread' pode gerar dificuldades no 'funding' do setor público e do setor privado", diz o alto funcionário brasileiro. Ele admite, contudo, que existem também implicações políticas em aceitar um 'spread' maior do que o dos mexicanos. "Se você tem uma redução de 'spread', isso o ajuda. É percebido assim."

Fontes de bancos americanos ouvidas por este jornal atribuíram a decisão brasileira de recusar a proposta dos bancos ao desejo de "Pastore de se assegurar do apoio do novo governo ao acordo". Entre alguns credores, admitem fontes bancárias, haveria igualmente essa preocupa-

ção. Perguntado a respeito, Pastore limitou-se a dizer que, "se o presidente eleito quiser saber o que está sendo negociado, naturalmente sua assessoria será mantida plenamente informada".

## DIMENSÃO DO PACOTE

Os itens já acertados são o tamanho do pacote, que será de US\$ 45,3 bilhões, englobando todos os vencimentos entre 1985 e 1991, excluídos os negociados na fase II, ou seja, o reescalonamento feito em 1984. Contudo, os empréstimos contraídos pelas agências brasileiras no exterior para financiar operações 63 e 4131, através das linhas interbancárias, ficarão de fora do pacote e serão saldados na data do vencimento. O entendimento é que o montante de créditos dessas linhas interbancárias, de US\$ 6,7 bilhões, passará a financiar as operações comerciais de curto prazo. (Computada a renegociação da dívida que o Brasil tem com governos, a ser feita com os países-membros do Clube de Paris, o pacote de refinanciamento atingirá cerca de US\$ 51 bilhões, disse Pastore a este jornal.)

Outro ponto acordado é que não haverá um período de carência plena, como pedido pelo governo brasileiro. As amortizações começarão já em 1985, com quantia pequena, de pouco mais de US\$ 200 milhões, e aumentarão gradualmente, segundo um cronograma antecipado ontem por este jornal. Em relação ao prazo de carência, continua a existir uma divergência. Os bancos querem quinze anos e o Brasil insiste em dezesseis. "Essa diferença só pode ser resolvida depois que acertamos o 'spread'. Como não houve solução, os bancos puxaram o prazo para quinze anos. Mas dá para esticar para dezesseis outra vez", confidenciou uma alta fonte brasileira.